

Brasil, Argentina e Coréia: uma análise comparativa (1970 – 1990)¹

Francisco Luiz Corsi²

Agnaldo dos Santos³

José Marangoni Camargo⁴

RESUMO

O presente artigo aborda de forma comparativa o desenvolvimento do Brasil, da Argentina e da Coréia do Sul nas décadas de 1970 e 1980. Buscamos mostrar que a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 e a reestruturação do sistema nas décadas seguintes restringiram as possibilidades de desenvolvimento de Brasil e Argentina, enquanto que a Coréia conseguiu dar um salto qualitativo em sua economia. As razões dessas diferentes trajetórias são complexas e residem em determinações geopolíticas, históricas, estruturais e na natureza dos projetos nacionais de desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento, globalização, projeto nacional

ABSTRACT

The present article concerns on the development of Brazil, Argentina and South Korea in a comparative manner during the 1970s and 1980s. We tried to show that the structural crisis of capitalism and the restructuring of the system have closed the possibilities of Brazil and Argentina's development while Korea that engaged in an export strategy achieved a qualitative jump on its economy.

Keywords: development, globalization, national project

¹ Uma versão preliminar e resumida desse artigo foi publicada nos Anais do II Seminário Iberoamericano de Estudios Asiáticos y Latinoamericanos. China y América Latina: perspectivas hacia la integración, ocorrido em outubro de 2011 na Universidade Nacional de Córdoba (Ar). Na atual versão, foram incorporados os comentários críticos tecidos no debate do referido evento. Artigo apresentado em 16/11/2013 e aprovado em 12/04/2014.

² Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP e Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Professor de Economia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (Campus de Marília).

³ Doutor em Sociologia pela USP, professor de Economia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (Campus de Marília).

⁴ Doutor em Economia pela Unicamp, professor de Economia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (Campus de Marília).

1- Introdução

O presente artigo consiste em uma análise comparativa da evolução das economias do Brasil, da Argentina e da Coréia do Sul no período que vai da crise estrutural da economia mundial aberta em 1974 até o final da década seguinte, quando ganharam terreno as políticas de abertura das economias nacionais inspiradas no chamado Consenso de Washington. Este período foi de grande importância para diferenciar as trajetórias dos modelos de desenvolvimento calcados na substituição de importações e na industrialização voltada para as exportações. Esta fase caracteriza-se por profundas transformações estruturais, que alteraram substantivamente a inserção das economias nacionais no capitalismo globalizado, em um contexto marcado por um crescimento econômico bastante desigual, pela ampliação das diferenças de renda entre o centro e a periferia do sistema capitalista e pela grande instabilidade.

Até o final da década de 1970, não parecia haver no que diz respeito ao crescimento econômico grande diferença entre a estratégia de desenvolvimento voltada para as exportações e a industrialização via substituição de importações. Apesar de profundas contradições, cabe lembrar que o Brasil, entre 1968 e 1980, viveu um elevado crescimento e a Argentina também apresentou avanços econômicos significativos entre meados da década de 1960 e o início da seguinte. Contudo, a partir desse momento, enquanto os países da América Latina entraram em um processo de baixo crescimento e instabilidade, caracterizado por crises inflacionárias, fiscais e de endividamento externo, os países do Leste asiático, entre eles destacando-se a Coréia do

Sul, aprofundaram o processo de industrialização e conseguiram lograr uma inserção dinâmica na economia mundial. Não por acaso a experiência de desenvolvimento coreana foi alvo de intenso debate nos anos 1980 e 1990 (AMSDEN, 1992 e 2009; CANUTO, 1994; COUTINHO, 1999).

Análises comparativas são sempre difíceis e arriscadas. Análises de sociedades com características culturais, históricas, políticas, sociais e econômicas tão diversas correm o risco de anacronismos e falsas analogias, embora esse risco seja menor no que se refere à comparação entre Brasil e Argentina, sociedades próximas no espaço e que comungam vários processos históricos, apesar da pouca influência mútua, pelo menos até recentemente.⁵ O fato de estarmos preocupados sobretudo em discutir a importância das transformações da economia mundial para estas experiências de desenvolvimento parece minimizar esses problemas.

O desenvolvimento econômico é fruto de muitas determinações internas e externas, que se articulam de diferentes maneiras e variam no tempo e no espaço. Não pretendemos aqui esgotar tema tão complexo. Sem menosprezar as demais determinações, enfatiza-se na presente análise a influência da mudança do padrão de acumulação de capital na economia mundial no período em pauta, que abriu uma nova fase do capitalismo sob a hegemonia do capital financeiro, no desempenho das três economias escolhidas como representantes dessas diferentes estratégias de desenvolvimento. Brasil e Coréia do Sul foram os

⁵ Sobre análise comparativa ver Velasco e Cruz (2007) e Tilly (1984). Pretende-se aqui apreender as particularidades políticas, sociais e econômicas e, sobretudo, as interações sistêmicas das experiências de desenvolvimento do Brasil, da Coréia e da Argentina. A discussão da formulação de seus respectivos projetos nacionais, que nortearam suas políticas econômicas, é aqui de particular interesse.

países em desenvolvimento que, entre 1960 e 1980, mais avançaram no processo de industrialização a partir de distintos projetos nacionais. O projeto desenvolvimentista brasileiro estava voltado para o mercado interno e o coreano voltado para as exportações como variável chave na promoção do desenvolvimento. A Argentina, que parecia, segundo vários analistas⁶, ter condições de alcançar um patamar de elevado desenvolvimento econômico e social, desenvolveu-se de forma mais lenta e envolta em agudas contradições. A recorrente instabilidade na economia argentina parece indicar os limites da industrialização via substituição de importações, embora essa instabilidade também resulte dos agudos conflitos internos. Também escolhemos a Argentina por ela ter adotado precocemente políticas econômicas neoliberais, que a levaram a aprofundar o seu relativo retrocesso econômico e social, enquanto que no Brasil e mais ainda na Coreia a adoção de políticas liberais foi mais tardia e menos radical. Estas razões fundamentaram a escolha destes três casos.

Abordamos essas questões a partir de uma perspectiva de mais longo prazo. A Grande Depressão dos anos 1930 ao desarticular relativamente à economia mundial abriu novas possibilidades de desenvolvimento para as regiões periféricas, em especial para países que já tinham alcançado certo desenvolvimento prévio. Estas novas possibilidades foram perseguidas por inúmeros países a partir de projetos de desenvolvimento⁷ visando autonomia nacional, que

⁶ Ver entre outros: Fausto e Devoto (2004), Gerchunoff (2010) e Martín e Llach (2011).

⁷ Projeto Nacional de desenvolvimento não é entendido aqui como um projeto que integra os interesses coletivos da nação. Entendemos que cada classe e facção de classe pode ter um projeto seu para a nação. Ao falarmos em projeto não queremos dizer que as ações das classes, das facções de classe e de grupos estejam previamente definidos por um projeto dado. Mesmo porque esses projetos nunca aparecem acabados. Eles sofrem inflexões, são abandonados etc., a partir da luta social e das mutantes circunstâncias políticas, sociais e econômicas (CORSI,2000).

emergiram no período, como o varguismo no Brasil, o cardenismo no México e o peronismo na Argentina. Em vários países da América Latina desencadeou-se um processo de desenvolvimento voltado para o mercado interno, centrado na industrialização via substituição de importações. A inexistência de um consistente esquema interno de financiamento da acumulação e a dificuldade de articular um fluxo externo de capitais e acesso a tecnologia, dado escasso desenvolvimento do setor produtor de bens de capital, associados aos problemas relativos à articulação de sólida base de sustentação política, colocavam obstáculos consideráveis para esses processos de industrialização. Porém, no contexto de relativa desarticulação da economia mundial essa era a estratégia de desenvolvimento mais plausível, pois a possibilidade de estratégias voltadas para as exportações tinham praticamente se esgotado.

A reorganização da economia mundial no pós II Guerra, sob a hegemonia dos EUA, não fechou essas possibilidades de desenvolvimento, embora a retomada do processo de internacionalização das grandes empresas, que redefiniria mais uma vez a divisão internacional do trabalho, a partir de meados da década de 1950 tenha colocado novos problemas para esses projetos de desenvolvimento⁸. No novo quadro internacional, as dificuldades em avançar na industrialização indicam o estreitamento do espaço para

⁸ As dificuldades dos EUA em levar a cabo seu projeto, expresso nos acordos de Bretton Woods, de reorganizar a economia mundial sob a égide do livre comércio e da livre circulação de capital forçaram-no a aceitar a permanência, por longo tempo, dos controles de câmbio e dos fluxos de capital, especialmente os de curto prazo. Não obstante os acordos de Bretton Woods, as dificuldades das economias destroçadas pela guerra, as lições da Grande Depressão, a correlação de forças favorável aos trabalhadores no centro e o avanço dos movimentos de descolonização, muitos deles de inspiração marxista, em um contexto de Guerra Fria, abriram espaço para a economia mundial organizar-se com base em fortes economias nacionais e nos países desenvolvidos contribuíram para o florescimento do Estado de Bem-Estar Social. O grande capital financeiro internacional, enfraquecido pela depressão, teve que se adaptar a nova situação (CORSI, 2004; HOBBSBAWM, 1995).

projetos de desenvolvimento que visavam à autonomia nacional, mesmo sem que houvesse uma recusa à ampla participação do capital estrangeiro, considerado importante para fomentar o crescimento econômico. As quedas de Vargas e Perón em meados dos anos 1950 são indicativas dessas dificuldades⁹. O desenvolvimento autônomo ficou mais distante no novo contexto, mas isso não significou o estancamento do desenvolvimento, que passou a basear-se em diferentes formas de associação com o capital estrangeiro. Contudo, o eixo da acumulação de capital continuou a ser o mercado interno. Até o início dos anos 1960, não parecia haver possibilidade de vingar uma estratégia de desenvolvimento calcada nas exportações, apesar do contínuo e robusto crescimento do comércio internacional, tanto é que a Coréia só adotaria uma clara estratégia de desenvolvimento voltado para as exportações no governo Park Chung Hee (1961-1979) (CORSI, 2004).

Entretanto, grande parte desses projetos entraria em crise profunda a partir dos anos 1970 (IANNI, 1992). Até então, o desempenho econômico do modelo de desenvolvimento centrado no mercado interno era bastante satisfatório. As taxas de crescimento eram altas e a industrialização avançava¹⁰, não obstante as dificuldades em enfrentar os inúmeros problemas econômicos e sociais da região. As dificuldades residiam, sobretudo, na incapacidade de resolver os graves problemas sociais, de concluir o processo de industrialização e garantir uma inserção não subordinada na

⁹ É óbvio que as quedas de Vargas e de Perón não podem ser explicadas apenas por esses elementos. Foram sobretudo resultante dos confrontos de classe que marcaram a sociedades brasileira e Argentina no período. Não caberia, dado os limites desse artigo, desenvolver esse ponto.

¹⁰ Entre 1950 e 1974 o PIB brasileiro cresceu em média por ano 7,0%. Entre 1962 e 1974, o PIB argentino cresceu em média por anos 5%. O PIB latino-americano cresceu em média 5,5% por ano na década de 1960 e 5,6% na década seguinte (CANO, 2000; Belini e Karol, 2012).

economia mundial. O Brasil é o exemplo paradigmático desse modelo. A estratégia de industrialização via substituição de importações apresentava um desempenho tão bom quanto à estratégia voltada para as exportações como mola mestra do desenvolvimento (RODRIK, 2002), cujo exemplo mais bem sucedido foi o da Coreia do Sul¹¹. Em geral, ambas as experiências sustentavam sua vigorosa acumulação, sobretudo, no controle dos salários, que não acompanhavam os incrementos na produtividade, em uma oferta elástica de força de trabalho e em ampla ação estatal na economia. Um dos aspectos mais peculiares do caso argentino foi justamente não contar com tal elasticidade, o que contribuiu para uma correlação de forças mais favorável aos trabalhadores e, portanto, para salários mais elevados e uma melhor distribuição de renda (CANUTO, 1994; BASUALDO, 2010).

Apesar dos profundos problemas que marcaram sua expansão econômica, pelo menos até o final da década de 1970, o Brasil, era por muitos considerado modelo de desenvolvimento. A Coreia naquela época não tinha a visibilidade que viria a ter posteriormente (COUTINHO, 1999). Não obstante o aprofundamento da industrialização nos anos 1960, a Argentina apresentou um desempenho econômico mais modesto.

A crise estrutural que assolou o capitalismo nos anos 1970 e a consequente reestruturação do sistema, associadas a uma série de peculiaridades nacionais, especialmente as relativas às questões referentes à posição geopolítica, às

¹¹ Segundo Rodrik (2002, p. 47): “Contrariando a convicção convencional, o crescimento impulsionado pela ISI não produziu ineficiências tremendas em escala econômica. Aliás, o desempenho em produtividade de muitas nações da América Latina e do Oriente Próximo foi comparativamente exemplar [...] mais rápido que o de qualquer país do Extremo Oriente [...] como estratégia de industrialização destinada a aumentar o investimento interno e a produtividade, a substituição de importações aparentemente funcionou muito bem num amplo número de países até pelo menos a metade da década de 1970 [...] Se o mundo tivesse acabado em 1973, a ISI não teria adquirido a reputação negativa que adquiriu, nem sealaria em ‘milagre’ no Leste da Ásia”.

políticas econômicas e à certas características estruturais, contribuíram de forma bastante relevante para colocar em xeque o modelo desenvolvimentista voltado sobretudo para o mercado interno.

Crise estrutural e reestruturação capitalista

A crise estrutural¹² marcou o fim da chamada “Idade de Ouro” do capitalismo (HOBBSAWM, 1995) e abriu um largo período de baixo, porém desigual, crescimento que se estendeu até recentemente. A América Latina, por exemplo, entrou em uma fase de estagnação, enquanto o Leste asiático apresentou elevadas taxas de crescimento. Ao buscar saídas para a crise de superprodução e para a crescente contestação social, que caracterizaram os anos 1960 e 1970, o sistema capitalista, sob o comando dos governos dos países centrais, das grandes corporações e dos grandes bancos e fundos de investimentos, se reestruturou, desencadeando processos, que segundo Chesnais (1996), levariam a hegemonia do capital financeiro, o que seria uma das razões do lento crescimento da economia na nova fase do capitalismo¹³.

A retomada da hegemonia dos EUA, que tinha entrado em crise partir do avanço das economias alemã e japonesa, da crise do dólar e da derrota no Vietnã, foi um dos aspectos desse processo. A partir da majoração das taxas de juros em

¹² Fugiria dos limites do presente artigo uma discussão sobre a natureza da crise estrutural iniciada em 1974, que decorreu da sobreposição de várias crises, a saber: de superprodução, de energia, do sistema monetário internacional e de hegemonia dos EUA. Entre outros, ver a esse respeito Brenner (2003).

¹³ Para Chesnais (1996), o capital financeiro suga capital da esfera produtiva para aplicações financeiras, dificultando a retomada mais vigorosa dos investimentos e assim contribuindo sobremaneira para o lento crescimento econômico. Para Brenner (2003), a tendência ao baixo crescimento decorreria da cronificação da crise de superprodução iniciada em 1974, mas cujas causas decorreriam das contradições acumuladas ao longo dos “30 anos gloriosos”, em particular o aprofundamento da concorrência intercapitalista após a reconstrução das economias alemã e japonesa. Apesar das importantes considerações desses autores, importa mencionar que eles têm dificuldades de incluir em seus esquemas explicativos o desigual crescimento do capitalismo e suas consequências, sobretudo no que diz respeito ao vigoroso crescimento do Leste asiático. Não caberia nos limites do presente artigo aprofundar esse ponto.

1979, da intensificação da Guerra Fria, que contribuiu para o colapso da URSS, e da reconfiguração do sistema monetário internacional com base no padrão dólar-flexível os EUA obtiveram enorme margem de ação nos planos político e econômico na defesa de seus interesses. Os EUA impulsionaram profundas transformações no capitalismo globalizado (BELLUZZO, 2005; FIORI, 2004). Mas isso não significou o controle da reestruturação capitalista por parte deste país, pois muito dos seus desdobramentos feriram interesses e expectativas norte-americanas, como por exemplo, a ascensão meteórica da China.

A reestruturação do capitalismo adquiriu múltiplas facetas, dentre as quais merecem destaque a reestruturação produtiva, a abertura das economias nacionais e a reconfiguração espacial do processo de acumulação de capital. Para os nossos propósitos basta tecer alguns comentários sobre esses processos. Fugiria dos limites do presente artigo uma ampla discussão acerca desses temas¹⁴.

Uma das respostas a crescente contestação da classe trabalhadora e a queda da taxa de lucro foi o processo de reestruturação produtiva.¹⁵ Nos países centrais, este processo contribuiu sobremaneira para fragmentar a classe trabalhadora, enfraquecer os sindicatos, comprimir os salários e precarizar as condições de trabalho em geral. O incremento da oferta de trabalho no centro do sistema também decorreu da larga imigração de trabalhadores de todas as partes do mundo. Simultaneamente, começou o desmonte do Estado

¹⁴ Ver sobre o assunto: Harvey (1996; 2010) e Chesnais (1996).

¹⁵ A reestruturação produtiva consiste na introdução de novas tecnologias, que poupam trabalho e aumentam a produtividade, e de novas formas de organizar a produção, que implicam processos flexíveis de produção, elevação do desemprego e vínculos variados e relativamente frouxos entre capital e trabalho - trabalho temporário, trabalho parcial, tercerização etc. (HARVEY, 1996).

do Bem-Estar. O ataque aos direitos dos trabalhadores só foi possível em um contexto caracterizado pela elevação do desemprego, burocratização dos partidos de esquerda e dos sindicatos, extensa fragmentação ideológica e de interesses da classe trabalhadora, fracasso do reformismo, desilusão com o socialismo e pelo posterior desmoronamento da URSS (HARVEY, 1996; BRENNER, 2003; SILVER, 2005).

Concomitantemente, verificou-se crescente internacionalização da produção em direção à periferia. Em um ambiente de acirrada concorrência, o capital buscou novos espaços de acumulação, que propiciassem abundante mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada, frouxo controle ambiental e altas taxas de rentabilidade. Essa expansão, segundo Basualdo e Arceo (2006), só foi possível graças à abertura comercial e financeira das economias nacionais, da diminuição dos preços de transportes e do desenvolvimento das comunicações. Processo que permitiram às matrizes das empresas transnacionais coordenar e controlar processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se dispersas espacialmente. Por meio de variados contratos e subcontratos de empresas em rede, as empresas transnacionais disseminaram processos produtivos por diferentes economias nacionais. (BASUALDO e ARCEO, 2006)¹⁶.

Restruturação produtiva, realocação espacial de inúmeros segmentos produtivos em direção à periferia e a abertura comercial e financeira das economias nacionais consistem processos intimamente articulados. O conjunto dessas ações foi fundamental para redesenhar o capitalismo

¹⁶ Esse processo também colocou em competição os trabalhadores do centro com os da periferia, que ganham salários bem mais baixos, o que pressiona o salário para baixo no conjunto da economia mundial. Embora não se verifique nem de longe uma situação de plena mobilidade espacial da mão-de-obra, formou-se um "mercado global" de trabalho, cujas consequências ainda não se esgotaram. Existe em escala global um excedente enorme de força de trabalho disponível para o capital (Silver, 2005).

a partir dos anos 1980. Os impactos na periferia do sistema capitalista foram abrangentes e muito desiguais. A configuração do capitalismo que emergiu da crise estrutural abriu novas possibilidades de desenvolvimento. Os países em desenvolvimento da Ásia se saíram melhor, enquanto muitos países da América Latina e da África entraram em uma fase de estagnação econômica, retrocesso da estrutura industrial, crise social e instabilidade. Os mercados dos países centrais se abriram mais para as manufaturas provenientes da periferia. Nesse aspecto, a mudança da inserção de muitos países periféricos na economia mundial foi sensível (BASUALDO e ARCEO, 2006; CARNEIRO, 2007).¹⁷

Observa-se o deslocamento de vários segmentos produtivos em direção a Ásia, o que incorporou milhões de trabalhadores à economia mundial, contribuindo para uma situação de excesso de força de trabalho em escala global. Dessa forma, foi aberta uma nova fronteira de acumulação, que ganharia peso crescente na economia mundial. No tocante as condições externas do desenvolvimento, ponto de maior interesse aqui, o forte crescimento do Leste Asiático não pode ser entendido de maneira desassociada do papel do Japão e dos EUA.

Desde o fim da II Guerra, os EUA tiveram importante papel na recuperação da economia japonesa e no desenvolvimento de outros países, em especial da Coreia do Sul, um dos *fronts* da Guerra Fria. Não é possível entender o rápido e robusto crescimento coreano sem os aportes de capital e as facilidades comerciais proporcionadas por

¹⁷ Verifica-se em decorrência das alterações na divisão internacional do trabalho mudanças importantes na pauta de exportações da periferia. Segundo Arceo, (2006, p. 32) "Las exportaciones de manufacturas [da periferia] sólo representaban, en 1960, el 7% del total de sus exportaciones; este porcentaje se eleva al 20% en 1980 y ronda en la actualidad el 70%".

motivos estratégicos e políticos pelos EUA (COUTINHO, 1999; MEDEIROS, 1997 e 2006)¹⁸.

O Japão, por sua vez, devido ao esgotamento de suas reservas de mão-de-obra e, um pouco mais tarde, devido à valorização de sua moeda, intensificou seus investimentos na Ásia. O Japão reorganizou a divisão regional do trabalho por meio de transferência de capitais, tecnologias e de setores com menor nível de sofisticação tecnológica e de agregação de valor à medida que concentrava seus esforços nos setores de ponta (MEDEIROS, 1997). Esse processo foi importante para o destino das economias da região, sobretudo para Coréia, que pode contar com capitais e tecnologia para promover um salto qualitativo em sua economia em plena crise da dívida externa, que foi um dos elementos centrais que solapou o desenvolvimento da América Latina. Esse padrão seria repetido pela Coréia e por Taiwan em relação aos chamados "tigres de segunda geração" (Malásia, Tailândia, Indonésia) a partir do momento em que eles também avançaram no processo de industrialização e atingiram etapas de alto valor agregado e que se esgotavam suas reservas de força de trabalho (PALMA, 2004).

Entretanto, apenas essa explicação não esgota os motivos do bom desempenho da economia coreana e de suas transformações estruturais. Sem dúvida, como aponta Medeiros (1997), que sem levar em conta a dinâmica da economia regional do Leste asiático não é possível entender a evolução das economias nacionais que a compõem, mas é preciso articular às determinações externas às internas.

¹⁸ Como também não é possível entender a ascensão chinesa sem levar em conta o papel dos EUA. A abertura da China para o ocidente teve início quando os EUA, derrotados no Vietnã, buscaram aproximar-se política e comercialmente dos chineses com o objetivo fortalecer sua posição ante a URSS. Obviamente que o grande crescimento chinês não pode ser explicado apenas por esses fatores. Sem dúvida que uma série de determinações internas foram fundamentais (COUTINHO, 1999; MEDEIROS, 1997 e 2006).

Autores como Palma (2004), Medeiros (1997) e de certa forma Arrighi (1997) ao valorizarem o aspecto da dinâmica econômica regional subestimam os determinantes internos do desenvolvimento. Um elemento decisivo do rápido desenvolvimento coreano foi a política industrializante do Estado, levada a cabo desde a década de 1950 e que ganhou impulso com a implementação dos planos quinquenais a partir 1962. Elemento que as interpretações neoliberais desprezaram, mas que foi essencial como mostrou Amsden (1992). Também cabe assinalar, seguindo Cunha (2006), que esse modelo diz respeito mais especificamente ao Japão, a Coréia e a Taiwan¹⁹. Não existe na região apenas um modelo de desenvolvimento, mas vários, que se inspiram no modelo japonês.

Os diferentes caminhos da periferia: Brasil, Argentina e Coréia

No momento em que irrompia mais uma crise de superprodução a Coréia, como o Brasil, buscou aprofundar a industrialização pesada, por meio do 3º e 4º planos quinquenais (1972-1981). O 3º Plano Quinquenal buscava implantar as indústrias petroquímicas, siderúrgicas, minerais não metálicos e preparar o terreno para o desenvolvimento da indústria automobilística, construção naval e máquinas e equipamentos. Uma preocupação do plano era dotar esses setores de capacidade competitiva internacional, por meio da incorporação de novas tecnologias. Objetivou-se uma maior aproximação com as indústrias japonesas. Diversos acordos de *join ventures* foram assinados com esse propósito. A terceirização de empresas japonesas na Coréia também facilitou o aprendizado tecnológico. Paralelamente,

¹⁹ Uma boa discussão sobre a relação dos Estados asiáticos (especialmente o Japão) e o setor privado é apresentado por Evans (2004).

continuava o esforço de desenvolver a educação, particularmente as universidades e os institutos de pesquisa, com o objetivo de produzir tecnologia e uma força de trabalho qualificada. Também começou o desenvolvimento do setor eletrônico. O 4º Plano Qüinqüenal continuou priorizando esses setores além de dedicar-se a implementação de indústrias de alta tecnologia e que utilizavam mão de obra qualificada (máquinas, ferramentas, eletrônica e construção naval). Ao final da década, a Coréia praticamente tinha concluído seu processo de industrialização em pleno período de crise internacional. Embora tenham sido criadas algumas empresas estatais para implementar essas medidas, o grosso do plano ficou a cargo dos grandes conglomerados de capital nacional (os *Chaebols*), que vinham sustentando a industrialização com forte apoio estatal desde a década de 1950 (AMSDEN, 1992; CANUTO, 1994; ARRIGHI, 1997; FAGUNDES, 2003).

O Brasil, da mesma forma que a Coréia, procurou aprofundar seu processo de industrialização por meio de um ambicioso programa de desenvolvimento, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que visava, segundo Castro e Souza (1985), um salto qualitativo na industrialização e a superação do subdesenvolvimento. Segundo ainda esses autores, o governo Geisel avaliava que a crise internacional seria de caráter estrutural. Para enfrentá-la e ao mesmo tempo responder aos gargalos da economia brasileira, resultantes de profundos desequilíbrios no seu desenvolvimento, seria preciso uma estratégia que respondesse aos problemas de fundo do Brasil, e o principal deles seria a não conclusão do processo de industrialização. Seus objetivos centrais eram desenvolver as indústrias

petroquímicas, máquinas e equipamentos, siderúrgica, informática, nuclear, alumínio e papel e celulose. Também contemplava pesados investimentos na área de energia (ampliação da produção de petróleo, programa nuclear, Usina de Itaipu, etc.) e transportes (Ferrovia do Aço, ampliação da malha rodoviária, etc.) que ficaram a cargo das empresas estatais, enquanto o capital nacional ficaria responsável pelo setor de bens de capital. Objetivava-se com isso fortalecer a burguesia nacional. Em 1975, complementando esses objetivos foi criado o Proálcool, programa voltado para criação de novas fontes de energia. Esta estratégia foi condensada na aspiração do governo Geisel de transformar o Brasil em uma potência mundial. Política importante para um regime ditatorial que tinha na manutenção de um alto patamar de crescimento econômico um dos pontos centrais de sua sustentação (CASTRO e SOUZA, 1985; LESSA, 1998; CARNEIRO, 2002; CAMARGO, 2010).

A Argentina seguiu caminho diferente com o golpe militar de 1976, que pôs fim a curta experiência de retorno ao poder do peronismo, que tinha no aprofundamento da política econômica industrializante uma de suas bandeiras, apesar das instabilidades de curto prazo²⁰. De 1963 até o início dos anos 1970, a economia argentina tinha apresentado um bom desempenho e caminhava para completar seu processo de industrialização via substituição de importações. A partir de um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, como no Brasil, o avanço da indústria, liderado pelas grandes empresas estrangeiras, tinha

²⁰ Segundo Basualdo (2010, p. 109), a proposta do governo peronista a partir de 1973 teria diluído seu caráter nacionalista: "lo que se trataba ahora era de que el Estado fuera el impulsor u garante de una asociación entre el capital extranjero y la fracción dinámica de la burguesía nacional que condujera el proceso de industrialización, pero reconociendo la necesidad de implementar una redistribución del ingreso hacia los asalariados".

amenizado os ciclos curtos de crise no balanço de pagamentos, que tanto bloquearam o processo nos anos 1940 e 1950, sobretudo devido ao incremento das exportações de produtos manufaturados e a entrada de capitais estrangeiros (BASUALDO, 2006 e 2010; FERRER, 2006)²¹.

Em um contexto de acirramento da luta de classes, as oligarquias agrárias e a chamada oligarquia diversificada, com apoio do grande capital industrial, sustentaram um golpe de Estado e a implantação de uma feroz ditadura militar. Seguindo o caminho aberto pelo Chile de Pinochet, o programa econômico do novo regime buscou implementar uma reestruturação neoliberal, que visava reduzir o peso da indústria e enfatizar o papel da Argentina como exportadora de produtos primários na economia mundial, além de criar as condições para ampla valorização fictícia do capital. A reestruturação neoliberal, que implicava em uma ofensiva contra a classe trabalhadora, almejava reequilibrar de maneira duradoura a correlação de forças na sociedade a favor dos setores conservadores, superando a situação na qual os trabalhadores articulados tacitamente a setores da burguesia industrial consistiam em um dos fortes obstáculos ao projeto nacional da oligarquia diversificada de uma economia aberta com menor presença do Estado, centrada em suas vantagens comparativas no setor agropecuário e menor peso do setor industrial, mas sem excluí-lo, mesmo porque ela também investia crescentemente neste setor. A política econômica da ditadura foi desastrosa para a classe trabalhadora. Em 1974, a participação dos salários no PIB

²¹ Entre 1960 e 1970, o crescimento médio anual da produção industrial na Argentina foi de 5,4%. A taxa de formação de capital bruto fixo, entre 1965 e 1975, foi de 20,1% do PIB. Em 1975, a produção manufatureira correspondia a 32% do PIB. No Brasil e na Coreia do Sul o setor industrial representava respectivamente 29% e 27% do PIB (AMSDEN, 2009, p. 44, 58, 211-212).

correspondia a 45% do total. Em 1982, esse número tinha sido reduzido a apenas 22%. Nesse mesmo espaço de tempo, o salário real caiu 38,5%, enquanto a produtividade do trabalho subiu 30,6%. O desemprego se elevou de 3,8% para 7,0% da força de trabalho. (BSAUALDO, 2010, p. 122-125). Esta ofensiva conservadora também só foi possível graças à crise internacional e ao avanço dos interesses financeiros em escala global, que culminaria com as eleições de Reagan nos EUA e de Thatcher na Inglaterra. Vitórias que anunciaram a nova fase do capitalismo global, dominado pelo capital financeiro.

A política econômica recessiva, particularmente a forte elevação dos juros, combinada à abertura da economia nacional e a desregulamentação financeira abriram espaço para fuga de capitais e a explosão da especulação. Entre 1976 e o estouro da crise da dívida externa em 1982, a taxa de juros interna esteve bem acima da externa, o que ensejou forte tomada de empréstimos externos por parte de bancos, grandes empresas e demais agentes econômicos para especular com o diferencial de juros no mercado financeiro argentino. Verifica-se também a substituição do crédito interno pelo externo mais barato por parte de empresas públicas e privadas. O resultado foi o crescente aumento da dívida externa, cujo caráter era nitidamente financeiro. Com a deterioração da economia argentina, particularmente no tocante a questão da inflação, que se manteve acima dos 100% em todos esses anos, e ao desequilíbrio das contas externas, observa-se crescente fuga de capitais, sobretudo após o naufrágio do plano de estabilização do Ministro da Fazenda Martinez de Hoz, em 1978. A persistência da crise monetária, agravada pela fragilidade do sistema bancário,

que enfrentou recorrentes crises, levou o governo experimentar várias políticas de combate a inflação sem sucesso, mas que acarretaram forte arrocho dos salários. Em 1975, a dívida externa era de 7,8 bilhões de dólares. Pulou para 43,6 bilhões, em 1982. Neste período, a fuga acumulada de recursos foi de 30,2 bilhões de dólares. (BASUALDO, 2010 p. 138 - 141). Processo semelhante ao observado no Brasil à época, embora parte do endividamento externo brasileiro tenha decorrido do financiamento do II PND.

Enfim, as medidas adotadas pelo regime militar argentino não estancaram o processo inflacionário, a deterioração das finanças públicas e o endividamento externo, que disparou não para financiar, pelo menos em parte, o desenvolvimento como no Brasil e na Coreia, mas para sustentar uma orgia especulativa. A economia argentina cada vez mais se submetia a lógica de valorização do capital financeiro, retomava uma longa trajetória de descenso e tinha início a desindustrialização. (BASUALDO, 2006 e 2010; FERRER, 2006; VELASCO e CRUZ, 2007)²².

No Brasil, o II PNB logo enfrentaria problemas de sustentação política e financeira, o que levou o governo a desacelerar sua implantação a partir de 1977. O crescimento econômico desacelerou e a situação da economia deteriorou-se rapidamente com a exacerbação da inflação e dos desequilíbrios fiscais e nas contas externas²³. Os problemas que paralisariam a economia brasileira na década seguinte

²²Índice desse processo é a queda da indústria manufatureira no PIB argentino. Em 1970, o peso do setor industrial no PIB era de 33,5% do PIB. Em 1984, esse número tinha caído para 27,3% e, em 2002, 14,66% (SOUZA, 2007, p. 82 e 287).

²³ A inflação em 1977 foi de 38,1%, saltando para 110,6% três anos depois. Neste mesmo período, a dívida externa foi de 38 bilhões de dólares para 64,2 bilhões. A balança comercial apresentou saldo negativo entre 1978 e 1980. O incremento do PIB tendeu a perder ímpeto, apesar de continuar elevado. A taxa anual média de crescimento entre 1974 e 1980 foi de cerca de 7%, menor que a do período chamado "Milagre Econômico", que foi da ordem de 11% ao ano (CAMARGO, 2010, p. 197-208).

começavam a tomar corpo. As medidas de política econômica adotadas para combater a crescente pressão inflacionária, em especial a forte majoração dos juros a partir de 1976, incentivaram uma especulação desenfreada. O fato dos juros internos situarem-se acima dos níveis internacionais de juros incentivou a tomada de empréstimos para especulação com títulos da dívida pública, o que contribuía para inchar ainda mais a dívida externa e interna. Muitas empresas passaram a investir pesado no mercado financeiro. A estatização da dívida externa²⁴ e os pesados subsídios creditícios e fiscais para setores considerados prioritários consistiam em outros fatores a corroer as finanças públicas, preparando o terreno para crise fiscal. Processo que fortalecia os interesses financeiros e os setores favoráveis à abertura da economia nacional. O Brasil entrava na era da globalização, como a Argentina, capturado pela lógica financeira (TAVARES e ASSIS, 1985; CARNEIRO, 2002).

Enquanto isso a Coréia avança na industrialização e caminhava para uma inserção dinâmica na economia mundial. Do ponto de vista do ritmo do crescimento econômico, alguns autores, dentre eles Coutinho (1999), consideram que a crise da dívida externa é um divisor de águas entre as trajetórias latino-americanas e asiáticas. Diferenciação que ficaria mais evidente ao longo dos anos 1980 e 1990, embora já perceptível na década de 1970. De 1950 até 1980 Brasil e Coréia cresceram em média por ano 6,5%. Na década de 1980, o Brasil cresceu em média por ano 2,2% e a Coréia 5,6%. Entre 1981 e 2000 a Coréia cresceu em média por ano 5,4% e o Brasil 1,6%. Do início da adoção das políticas neoliberais, em 1976, até 2002, o PIB argentino ficou

²⁴ Ver a respeito desse ponto Davidoff, (1984).

estagnado e apresentou grandes oscilações, sendo que o PIB per capita caiu cerca de 30%. Ao longo da década de 1980, observa-se um retrocesso de 13% no PIB argentino (Ferrer, 2006, p. 281). Os dados apresentados nas tabela 1 e 2 mostram que não havia grande diferença entre o desempenho econômico do Brasil e da Coréia até 1980, sendo que até 1973 o Brasil era o país que mais se destacava. A Argentina apresentou um crescimento mais baixo ao longo de todo o período (COUTINHO, 1999, p. 363 e 374; FAGUNDES, 2003).

Tabela 1- PIB - Brasil, Argentina e Coréia do Sul (ano base 1929/Valores em dólares constantes)

	Brasil	Argentina	Coréia
1929	100	100	100
1950	268,3	159,6	105,0
1973	1354,4	374,6	491,4

Fonte : Maddison, 1988, p. 99-100

Tabela 2 - PIB – Brasil, Argentina e Coréia do Sul (ano base 1973/Valores em dólares constantes)

	Brasil	Argentina	Coréia do Sul
1973	100	100	100
1974	109,7	105,7	108,3
1975	115,7	105,3	117,0
1976	126,9	104,8	133,3
1977	134,2	111,5	147,7
1978	140,9	107,7	163,6
1979	149,9	115,5	174,6
1980	160,7	115,8	169,4
1981	158,2	108,6	181,2
1982	159,7	102,8	191,2
1983	154,6	105,7	209,3

Fonte: Maddison, 1988, p. 99-100

Essa diferente evolução possui múltiplas razões. No caso do Brasil, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PNB) representou uma tentativa de retomar, em outro contexto, o antigo projeto de desenvolvimento autônomo de Vargas ao buscar fortalecer o capital nacional, o Estado, o setor produtor de bens de capital e a posição brasileira no cenário internacional, sem hostilizar o capital estrangeiro. Pelo contrário, contando, como na época de Vargas, com ele para financiar o salto qualitativo na economia. No entanto, o plano apresentava problemas de sustentação política e financeira. Ao priorizar o desenvolvimento dos setores de bens de capital, bens intermediários e infraestrutura, que ficariam nas mãos do Estado e de empresas nacionais, o plano feriu os interesses das grandes empresas estrangeiras e seus aliados internos, que dominavam o setor dinâmico da economia desde o Plano de Metas, o setor de bens de consumo durável. Com a desaceleração do plano os próprios setores do empresariado nacional por ele beneficiados passaram para a oposição ao governo, à medida que se estreitava o mercado de máquinas e equipamentos devido à própria desaceleração da economia e a crescente importação destes itens, vinculada a necessidade de manter em patamar elevado os financiamentos externos de projetos de investimento, que eram condicionados a importação de bens de capital, para fechar as contas externas. O II PND gerou uma fissura nas alianças de classe que sustentavam o regime militar. Fissura que aparecia na exacerbada crítica de setores da burguesia ao excesso de participação do Estado na economia. O Estado também não conseguiu articular um esquema interno de financiamento da acumulação, o que passava necessariamente pelo aumento da arrecadação

pública e, portanto, implicava uma reforma tributária, que taxasse pesadamente a burguesia. A reforma de 1965 não logrou resolver os problemas de financiamento do gasto público. Também não conseguiu implantar uma reforma financeira, que direcionasse os recursos para os setores prioritários. A reforma realizada no início do regime militar não conseguiu criar um sistema bancário que efetivamente financiasse os investimentos de longo prazo. O governo Geisel não tinha como objetivo confrontar suas bases de sustentação política e preferiu contornar esses problemas por meio de crescente endividamento externo, o que se mostraria catastrófico. Isto mostra o aspecto frágil do Estado brasileiro na condução da industrialização. (TAVARES e ASSIS, 1985; COUTINHO, 1999; FIORI, 1995; CORSI, 2004).

Nos anos 1970, o Brasil tinha avançado mais na industrialização que a Coreia. Possuía um setor de bens de capital maior que o coreano e estava desenvolvendo uma indústria de bens eletrônicos e de moderno sistema de telecomunicação. Desenvolvia os setores aeronáutico, de defesa, informática e nuclear. Parecia que o Brasil conseguiria dar um salto qualitativo em sua economia. Entretanto, o modelo desenvolvimentista voltado para o mercado interno, em pouco tempo, entrou em crise terminal. O Estado premido pela crise fiscal, pela crise da dívida externa, pela crise inflacionária, pelos rachas no interior das classes dominantes quanto aos rumos da economia do país e pelo crescimento dos movimentos sociais contra a ditadura no final dos anos 1970 não conseguiu articular e coordenar um novo ciclo de desenvolvimento (CANUTO, 1994; COUTINHO, 1999; FIORI, 1995).

A Coréia partiu de uma situação menos favorável, mas logrou um salto qualitativo em sua economia. Um dos pontos centrais parece residir no fato de o Estado coreano ter gozado de uma maior autonomia. A ocupação japonesa, do início do século XX até 1945, desestruturou a classe dominante e a velha burocracia. A reforma agrária, implementada nos anos 1940 e no início da Guerra da Coréia, desarticulou o que restou da classe de grandes proprietários e criou uma classe camponesa, que se tornou importante base de sustentação do Estado e fonte de mão de obra barata. A burguesia industrial coreana foi, em grande medida, "criada" pelo próprio Estado a partir do processo de privatizações, nos anos 1950, de empresas japonesas que ficaram nas mãos do poder público após 1945, o que gerou uma forte articulação entre o Estado e o empresariado, com bases em relações de clientelismo político. O Estado coreano adotou uma política sistemática de fortalecimento dos grupos econômicos nacionais, incentivou a constituição de grandes grupos por meio de uma série de medidas e incentivos fiscais, creditícios e tarifários, condicionados a critérios de desempenho, em termos de produtividade e nacionalização da produção de componentes. Esta política se mostrou um elemento importante para as empresas coreanas adquirirem competitividade internacional. O condicionamento dos incentivos e da proteção ao desempenho das empresas não foi adotado pelo Brasil e pela Argentina. As sucessivas ditaduras garantiram a disciplina da classe trabalhadora e salários baixos ao reprimirem violentamente qualquer tentativa de organização autônoma dos trabalhadores. Política seguida desde a ocupação norte-americana. A situação começou a mudar a partir da década de 1970 quando se esgotou a

reserva de força de trabalho, o que estimulou o surgimento e o crescimento de um sindicalismo cada vez mais combativo. O Brasil também contou com uma oferta elástica de mão de obra e no período da ditadura militar com rígido controle do movimento operário, que favoreceu a acumulação de capital. Na Argentina a situação era diversa. A economia argentina viveu historicamente uma situação próxima ao pleno emprego, com salários mais altos tanto no campo quanto nas cidades. Também contou com uma classe trabalhadora mais organizada. A indústria argentina teve, portanto, que enfrentar custos salariais maiores e a economia não se beneficiou em termos de crescimento, com a mesma intensidade que no Brasil e na Coréia, da transferência da população de um setor agrícola de muito baixa produtividade para a indústria, pois a agricultura argentina, pelo menos nos seus setores mais dinâmicos, apresentava uma produtividade relativamente elevada. O Estado coreano foi forte para impulsionar um dinâmico processo de desenvolvimento relativamente autônomo, mas no campo da política externa manteve estrito alinhamento a política norte-americana e soube disso tirar proveito. O alinhamento do Brasil e da Argentina aos EUA não foi tão estreito (CANUTO, 1994; FERRER, 2006; VELASCO e CRUZ, 2007).

A maior autonomia do Estado coreano e o bom desempenho de sua economia não significaram, contudo, que o desenvolvimento fosse isento de contradições, desequilíbrios estruturais e de agudos conflitos políticos e sociais. No final dos anos 1970, a inflação atingiu 40% ao ano. Taxa bem mais modesta do que as verificadas no Brasil (79,4%) e na Argentina (100,8%). A dívida externa passou do equivalente a 1% do PIB, em 1975, para 53%, 1984, com os seus

serviços representando 21% das exportações. Entre 1978 e 1980, o déficit comercial cresceu de 3% do PIB para 7,8% e o de transações correntes de 2,2% para 8,6%. Só em 1980, o país pagou aos credores externos o correspondente a 3,3% do PIB. O déficit público situou-se no início dos anos 1980 em 5,6% do PIB (CANUTO, 1994, p. 106-121; FAGUNDES, 2003, p. 363-368; FERRER, 2006; CAMARGO, 2010).

Situação semelhante à vivida por Brasil e Argentina nesse período, particularmente no que diz respeito aos desequilíbrios das contas externas. Esse ponto é importante porque muitos apontam que um dos fatores decisivos para o colapso do modelo baseado na substituição de importações foi a crise da dívida, aberta com a moratória mexicana em 1982. Em 1980, a dívida externa brasileira correspondia a 23% do PIB, passando para 30% em 1984 e atingindo 32% seis anos depois. Em meados da década de 1980, 76% da dívida externa era pública. Na Coreia a dívida externa não chegou a ser estatizada como no Brasil e na Argentina, mas o Estado garantia cerca de 80% dos empréstimos. Sem dúvida que isso não pressionou tanto as contas públicas como nos dois países latino-americanos. Na Argentina, a dívida saltou, entre 1975 e 1983, de 8 para 45 bilhões de dólares, dos quais 32 bilhões correspondiam à dívida externa pública. Em 1983, o montante da dívida equivalia 5,8 vezes as exportações e o pagamento de juros consumia 64% das mesmas (CANUTO, 1994, p. 106-121; CARNEIRO, 2002, p. 115-138; FERRER, 2006, p. 239-257).

Embora já fosse possível observar divergências nas trajetórias de crescimento de Brasil e Coreia desde a segunda metade dos anos 1970, as diferenças ficariam nítidas a partir da crise da dívida externa. A Argentina cresceu menos desde

a década de 1950, mas desacelerou ainda mais com a adoção de políticas neoliberais. Enquanto a Coréia dava um salto qualitativo, o Brasil e a Argentina naufragavam no baixo crescimento, na especulação financeira, na crise fiscal, na crise da dívida externa e na crise inflacionária, o que resultou em grave deterioração da situação social.

Quando explodiu a crise da dívida, a situação econômica da Argentina caracterizava-se por profunda recessão, acentuada elevação do desemprego e inflação fora do controle. A situação das finanças públicas também estava bastante deteriorada, particularmente depois que o governo teve que salvar bancos e absorver enormes montantes de dívida externa privada em decorrência do estouro da bolha especulativa (1980-1981) gerada pela política econômica do regime militar. Ante a incapacidade das políticas econômicas ortodoxas de enfrentar a crise e uma inflação de quase 500%, o governo Alfonsín, eleito em 1983, adotou um plano heterodoxo²⁵ de combate à inflação com o objetivo de alcançar o equilíbrio macroeconômico e retomar o crescimento. Paralelamente, tentou articular um cartel de devedores latino-americanos para renegociar a dívida, cada vez mais difícil de ser paga em virtude das elevadas taxa de juros, da deterioração dos termos de intercâmbio e do colapso do financiamento externo. O fracasso dessa tentativa levou a Argentina a assinar um acordo com o FMI em fins de 1984 e reduziu sobremaneira a possibilidade de estabilizar a economia (CANO, 2000; FERRER, 2006).

O Plano Austral abriu um curto período de trégua. A

²⁵ As principais medidas foram as seguintes: congelamento de preços e salários, reforma monetária com a substituição do peso pelo austral, fixação da taxa de câmbio e elevação de tarifas e impostos sobre exportações (Cano, 2000).

economia cresceu e a inflação caiu para 82% em 1986. Mas a situação voltou a deteriorar-se no ano seguinte, quando a elevação dos preços atingiu 175%, sobretudo em virtude das dificuldades de sair do congelamento de preços, dos desequilíbrios nas contas públicas e externas. Dois anos mais tarde a inflação tinha saltado para 4924%. A experiência heterodoxa tinha sucumbido. Em 1989, o PIB argentino era 4% menor do que tinha sido em 1983. Entre 1983 e 1984, o setor agropecuário retrocedeu 4,7%, passando seu produto a corresponder a 10% do PIB. A indústria de transformação encolheu 11% no período, caindo sua participação no PIB de 28,2% para 26,1%. O salário real pago por este setor caiu 19,7% e o nível de emprego era 33% menor do que tinha sido em 1970. O desemprego saltou de 4,6% para 7,5%. O número de famílias urbanas com rendimentos abaixo da linha da pobreza, entre 1986 e 1990, quase dobrou, passou de 9% para 16% (CANO, 2000, p.116-122; FERRER, 2006, p. 252-257).

A década de 1980 também foi dramática para o Brasil. A partir de 1981 o governo militar ante o recrudescimento do processo inflacionário e a inadimplência das contas externas adotou uma política econômica recessiva inspirada no receituário do FMI, jogando o país em uma crise, que se estenderia até 1983. Um dos efeitos da política recessiva foi exacerbar a especulação financeira, que já vinha se expandido desde meados da década de 1970. A deterioração das finanças públicas decorrente da própria retração da produção, da manutenção de inúmeros subsídios e da elevação dos juros, que incidiam sobre a rolagem da dívida pública, ampliou o rombo das contas do governo, que era coberto com novas emissões de títulos públicos. Soma-se a isso a necessidade de esterilizar a expansão da base

monetária correspondente as tomadas de empréstimos externos para rolagem da dívida externa. Essa forte expansão da dívida pública era a principal forma de sustentação da especulação financeira. Esse processo, em um contexto inadimplência externa, fortaleceu os credores internacionais e internos, que eram o sustentáculo da política recessiva, e os setores exportadores, beneficiados pelas fortes desvalorizações da moeda.

A política recessiva não debelou a inflação, que pulou de 95% ao ano em 1981 para 211% dois anos mais tarde, e nem impediu a deterioração da situação externa. Depois da moratória mexicana, o Brasil foi obrigado a recorrer ao FMI, que impôs o recrudescimento da política recessiva, jogando o país em profunda crise em 1983. Em 1984, a economia começou a recuperar-se em virtude do crescimento das exportações, da substituição de importações em grande medida fruto da maturação dos projetos do II PND e dos aumentos dos salários, que vinham subindo graças sobretudo ao aguerrido movimento sindical. Os grandes superávits na balança comercial, obtidos a partir de 1983, permitiam os pagamentos dos juros da dívida, o que diminuiu o poder de pressão da banca internacional (SINGER, 1987; CARNEIRO, 2002).

O período era de ascensão das lutas sociais e das lutas contra a ditadura, que desembocariam no movimento pelas Diretas. Nesse contexto, ganhou força os setores empresariais que Singer (1987) denomina de desenvolvimentistas, setores da burguesia vinculados ao mercado interno e que defendiam a diminuição das taxas de juros, a ampliação do crédito e a retomada do crescimento sustentado.

Apesar do amplo arco de forças sociais que compunham o movimento pelas Diretas não ter conseguido por fim a ditadura e da Nova República ter nascido a partir da eleição indireta de Tancredo, o espaço para a manutenção da política ortodoxa vinha se fechando rapidamente. O recrudescimento do processo inflacionário, o crescente clima de descontentamento social, o avanço das oposições e a crucial eleição para o Congresso Constituinte, levaram o Brasil, como a Argentina, a trilhar o caminho da heterodoxia e romper com o FMI, embora o governo Sarney não tivesse agasalhado a proposta de Alfonsín de criar um cartel dos devedores na América Latina.

O Plano Cruzado revigorou, pelo menos por um curto período de tempo, o governo Sarney e garantiu maioria na futura Assembléia Constituinte para as forças da “ordem”. A economia cresceu a altas taxas a partir da elevação dos investimentos e do consumo e a inflação despencou. Mas o plano logo soçobraria em virtude do desequilíbrio das contas externas, da dificuldade de sair do congelamento, que se estendeu demasiadamente, e da incapacidade do país aumentar a produção para satisfazer o crescente consumo. O Cruzado foi o último suspiro dos setores desenvolvimentistas, que não conseguiram articular um projeto de desenvolvimento de longo prazo. A classe trabalhadora, embora em ascensão naquele momento, não teve forças para impor seu vago programa democrático popular. Mas o racha nas classes dominantes quanto aos rumos do país e o forte movimento social retardaram a adesão do Brasil ao neoliberalismo, que avançava de forma irresistível pelo mundo. Seguiu-se ao Cruzado uma moratória da dívida externa e mais dois planos de estabilização (nos anos 1980),

baseados nos mesmos princípios que nortearam o Cruzado. Mas todos eles fracassaram. A situação econômica e social se deteriorou. O crescimento anual médio do PIB foi de 2,2% na década de 1980. A inflação saltou para 1620% (Índice de Preços ao consumidor - IPC), em 1990. O déficit público situou-se em torno de 4,3% do PIB e a dívida pública líquida permaneceu ao redor de 50% ao longo de quase toda a década. Em 1989, o pagamento dos juros da dívida pública eqüivaliam a 6% do PIB. Entre 1984 e 1994, o Brasil remeteu para o exterior, a título de pagamento dos serviços da dívida externa, cerca de 107 bilhões de dólares e assim mesmo a dívida cresceu de 93,55 para 145, 29 bilhões de dólares no período. A entrada de capitais externos foi muito pequena. Ou seja, o Brasil tornou-se exportador líquido de capitais. O Comércio Exterior apresentou um bom desempenho, a exceção de 1986, com superávits comerciais superiores a 10 bilhões de dólares entre 1984 e 1994, o que contribuiu para fortalecer os setores favoráveis à abertura da economia nacional. O salário mínimo teve uma queda real de 28% e a distribuição de renda piorou ainda mais. Entre 1981 e 1989 a participação na renda dos 40% mais pobres caiu de 8,9% para 6,9% e dos 20% mais ricos subiu de 62,7% para 69% (CANO, 2000, p. 206-218; CARNEIRO, 2002, p. 179-216).

A Coréia, embora também tenha sido impactada pela crise da dívida, conseguiu sustentar o crescimento econômico. As razões disso são múltiplas. Desde 1979, o governo coreano vinha implementando uma política de estabilização de caráter recessivo acordada com o FMI e baseada na elevação dos juros, no corte no crédito, no aperto fiscal e no corte nos subsídios. No ano seguinte, o câmbio foi desvalorizado em 20% e a política recessiva foi

intensificada, o que gerou considerável desaceleração da economia. Entre 1980 e 1982 a economia cresceu apenas 1,1%, mas voltou a crescer 9,5% em 1983, quando essa política foi relaxada e a economia mundial retomou o crescimento, superando a crise aberta em 1979. A inflação caiu de cerca de 40% no final da década de 1970 para 3,4% em 1985 e o déficit público caiu para 1,5% no período 1981-1985. Só a dívida externa permanecia elevada (FAGUNDES, 2003, p. 67). A Coréia tinha conseguido estabilizar sua economia antes da crise da dívida, enquanto o Brasil e a Argentina tinham sido atingidos em um momento de agravamento da crise inflacionária e deterioração da situação fiscal. Isso, sem dúvida, permitiu a Coréia suportar melhor a crise internacional. A manutenção do crescimento ao garantir a elevação das receitas públicas facilitou o controle do déficit e levou a queda do peso da dívida interna.

A Coréia não sofreu a carência de capitais externos a que Brasil e Argentina foram submetidos depois da moratória mexicana. Os bancos norte-americanos cortaram drasticamente seus empréstimos, que passam de 2,3 bilhões de dólares para 700 milhões entre 1981 e 1983. Contudo, os empréstimos japoneses mais que compensaram essa retração. Além disso, a economia japonesa representava um mercado considerável para os produtos coreanos e era uma vital fornecedora de tecnologia e capitais. A implementação do 5º Plano Quinquenal contou com financiamentos japoneses da ordem de 4 bilhões de dólares. Nesse aspecto, a inserção da Coréia na economia regional centrada no Japão foi decisiva para enfrentar a crise. Brasil e Argentina não tiveram essa mesma possibilidade, pois os EUA cortaram os empréstimos e pressionaram para que adotassem ajustes ortodoxos, visando

à garantia dos empréstimos de seus bancos. A Coréia também utilizou intensamente a emissão de títulos securitizados, que representavam 1,6% da dívida externa em 1977/1981 e passaram para 25,3% em 1984. Nesse período, verificou-se a entrada de considerável volume de investimento externo direto, que atingiu 625 milhões de dólares em 1987, mais de seis vezes o valor do início da década, enquanto isso o capital estrangeiro fugia da América Latina, que tinha se tornado exportadora líquida de capitais. Essas circunstâncias favoráveis possibilitaram que a dívida coreana fosse sendo reduzida paulatinamente o longo da segunda metade da década de 1980 (CANUTO, 1994, p.105-121; GOLDESTEN, 1994, p. 153; FAGUNDES, 2003, p. 56-76).

Outro fator decisivo refere-se ao desempenho do setor exportador. Em 1983, as exportações representavam 37,3% do PIB contra 27,3% em 1979. Cabe destacar que esse aumento ocorreu em plena crise mundial. As exportações coreanas ganharam terreno nos setores mais dinâmicos do mercado mundial, particularmente nos setores automobilístico e eletrônico²⁶. Esse dinamismo do comércio exterior foi importante para o enfrentamento da crise da dívida externa, enquanto os países da América Latina, dentre eles cabe

²⁶ Em 1986, 17,6% das exportações correspondiam a produtos eletrônicos, que só foram superados pelos produtos têxteis, que representavam 25,7% das exportações. Entre 1983 e 1986 as vendas externas de carros para o exterior subiram 133%, alcançando 6% das exportações. O item material de transporte tornou-se o terceiro da pauta, alcançado 11% do total das exportações. Cabe destacar a construção naval nesse item. Uma série de fatores concorreu para esse resultado (Canuto, 1994 p. 110-11). Essa inserção da Coréia no mercado mundial não pode ser entendida fora do contexto de suas privilegiadas relações com os EUA e principalmente com o Japão nesse período. A abertura da economia norte-americana, nesse momento, foi fundamental para a Coréia escoar sua produção, que não teria outro mercado que a absorvesse. A penetração de produtos coreanos no mercado dos EUA foi importante. No mercado norte-americano de semicondutores, entre 1982 e 1986, a participação coreana subiu de 2,0% para 3,4%. No segmento de tornos com comando numérico subiu de 0,6% para 3,6%, entre 1981 e 1986. Esse processo ganharia intensidade a partir de 1985 com a valorização do iene frente ao dólar, com empresas coreanas ganhando parcelas do mercado das japonesas. A Coréia estabeleceu um comércio triangular com o Japão e os EUA. Os seus superávits com os norte-americanos eram utilizados para cobrir os déficits com os japoneses, de quem importava bens de capital e tecnologia. Dessa forma, a política cambial coreana procurou situar o valor de sua moeda entre o dólar e o iene, evitando valorizações que pudessem comprometer suas exportações. (CANUTO, 1994, p. 121-125; COUTINHO, 1999, p. 367; CORSI, 2004, p. 169).

destacar a Argentina, amargavam a deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos primários²⁷. O Brasil também teve um bom desempenho no comércio exterior nesse período, mas sobretudo em virtude da redução das importações. Embora o país não fosse um mero exportador de produtos primários²⁸, não tinha penetração nos setores mais dinâmicos do mercado mundial, o que dificultava optar pelo modelo de desenvolvimento calcado sobretudo nas exportações como alternativa a industrialização via substituição de importações em um contexto de forte acirramento da concorrência intercapitalista.

O modelo de desenvolvimento puxado pelas exportações se mostrava mais adequado ao novo quadro mundial, caracterizado, entre outros aspectos, pela abertura das economias nacionais e pelo forte incremento do comércio exterior. A recessão vivida por Brasil e Argentina associada a grave crise nas contas externas, a elevação acentuada da inflação e a crise fiscal fecharam as possibilidades de crescimento calcado no mercado interno. A inserção dinâmica da Coréia no novo cenário devia-se a uma série de características do padrão de acumulação, dentre as quais cabe destacar: a existência de grandes grupos de capital nacional, investimento de peso na área de inovação tecnológica, investimento importante na educação e autonomia do Estado para conduzir o processo de desenvolvimento, articulando um esquema interno de financiamento da acumulação, baseando na estatização do

²⁷ Entre 1980 e 1990, os preços dos produtos manufaturados subiram 36,8%, enquanto que os dos produtos minerais caíram 37,7% e os dos agrícolas 40%. Isto dificultava sobremaneira o pagamento das dívidas externas por parte dos países periféricos (ALTVATER, 1995, p. 14).

²⁸ Em 1980, os produtos manufaturados representavam 43,4% da pauta de exportações, nove anos depois passaram para 54,1%, destacando-se os materiais de transportes e os bens de capital, que perfaziam 41% deste total (CANO, 2000, p. 221)

sistema bancário até os anos 1980 e adotando políticas neomercantilistas. Contou também, de um lado, com a posição geopolítica estratégica da Coreia na Guerra Fria, que possibilitou acesso privilegiado, pelo menos até a segunda metade dos anos 1980, ao enorme mercado norte-americano e, de outro, com os estreitos vínculos com a economia japonesa, que passa por um momento de grande crescimento.

Palma (2004) tem certa razão em suas críticas aos países da América Latina que insistem em especializar-se na exportação de produtos primários ou manufaturados que comportam um valor agregado relativamente pequeno, quando desde Presbith já se sabia que a tendência era de deterioração dos termos de intercâmbio e de redução relativa da demanda dos bens primários. O baixo desempenho exportador sempre foi um dos problemas centrais da industrialização via substituição de importações. Mas é preciso contextualizar a questão. Em primeiro lugar, Brasil e Argentina começaram a se industrializar na década de 1930 quando não havia a menor possibilidade de se estabelecer um padrão de desenvolvimento calcado nas exportações. Em termos de acumulação de capital, o padrão funcionou relativamente bem até a década de 1970, pelo menos para o Brasil, o México e a Argentina, embora a industrialização via substituição de importações não tenha resolvido os problemas estruturais da economia, a questão da inserção subordinada na economia mundial e sobretudo os gravíssimos problemas sociais da região.

A Coreia do Sul deslanchou seu processo de industrialização a partir da década de 1950 em um contexto

de expansão da economia mundial. Inicialmente, também trilhou o caminho da industrialização substitutiva de importações. No entanto, a redução da ajuda norte-americana a partir de 1962, a estreiteza de seu mercado interno e a carência de recursos naturais abundantes induziram a Coréia a buscar nas exportações uma saída e isso implicava em indústrias competitivas e moderna tecnologia²⁹. Somavam-se a isso outros fatores já mencionados, como a sua posição geopolítica e seu Estado, que gozava de uma autonomia relativa que os países da América Latina não conheceram. A estratégia coreana não abandonou a substituição de importações, que caminhou junta com o incentivo às exportações. Uma não exclui a outra. O avanço da substituição exige um bom desempenho das exportações.

Quando o Brasil e Argentina implementaram uma política de exportação de produtos manufaturados no final dos anos 1960 eles saíram apenas um pouco atrasados, pois a Coréia adotou projetos voltados para as exportações no começo daquela década. Mas o eixo de suas economias continuou sendo o mercado interno. Uma das fragilidades desses países consistia no fato de empresas estrangeiras dominarem os setores dinâmicos de suas economias a partir da intensificação da internacionalização dos grandes oligopólios norte-americanos e europeus na segunda metade

²⁹ A questão do papel dos mercados internos no processo de industrialização da periferia foi tema bastante discutido na literatura. Em termos de uma demanda interna prévia, então satisfeita por importações e que poderia sustentar um processo de industrialização substitutiva, o mercado coreano era, sem dúvida, menor que o argentino e o brasileiro. Nestes termos, os mercados internos do Brasil e da Argentina também não teriam, contudo, condições de induzir investimentos de grande monta suficientes para sustentar e completar os processos de industrialização. Porém, o tamanho do mercado interno, como mostrou entre outros Tavares (1975), não depende apenas da demanda prévia. Seu crescimento depende do ritmo da acumulação de capital, mas também pode decorrer de alterações na distribuição da renda e da propriedade, que poderiam gerar um incremento nos gastos de consumo. Processos que podem ser simultâneos. Um bloco de investimento concentrado no tempo, como por exemplo o Plano de Metas, capaz de fazer a capacidade produtiva caminhar a frente da demanda corrente, pelo menos em alguns setores chave, pode acarretar uma ampliação do mercado compatível com o avanço do processo de industrialização. O elemento central é o ritmo da acumulação de capital, do qual o tamanho do mercado depende. O papel do Estado como indutor do desenvolvimento é outro elemento central. Isto fica bem claro nos casos coreano e brasileiro.

dos anos 1950. As empresas multinacionais não se interessaram pela Coréia, à época, em virtude da fragilidade da sua economia e da estreiteza e seu mercado interno, o que se tornou um dos fatores que permitiram a centralidade do capital nacional e a resistência à inversão direta externa no país. Essas grandes empresas não têm interesse de desenvolver tecnologia nas suas filiais e concentram seus gastos em pesquisa e desenvolvimento nas matrizes. A falta de investimentos maciços e de uma política abrangente de longo prazo para as áreas da educação e pesquisa científica e tecnológica reforçou as dificuldades de um desenvolvimento nesses setores. A Coréia, impelida pela necessidade de ganhar mercados externos, buscou, desde cedo, desenvolver pesquisas tecnológicas e melhorar e expandir seu sistema educacional. Nesse campo, a empresa privada e o Estado atuaram, como em outros, de maneira articulada. Em 1975, o Estado arcava com 66% com os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Treze anos depois, as empresas privadas respondiam por 84% desses gastos. Paralelamente, observou-se uma melhora na qualificação da força de trabalho, fruto do esforço educacional do governo (FAGUNDES, 2003, p. 76-84).

A preocupação com aquisição e desenvolvimento tecnológico esteve sempre presente nos planos quinquenais coreanos. O salto no desenvolvimento se deu entre o 3º e 6º planos quinquenais (1972-1991). Os gastos de P&D, entre 1980 e 1989, quintuplicaram, atingindo 2,6% do PIB. Foram criados vários institutos de pesquisa. Uma série de medidas foram implementadas para racionalizar e reestruturar setores específicos da economia. O governo, seguindo estratégia estabelecida desde os anos 1960, por meio de subsídios fiscais

e créditos, proteção tarifária, redução de tarifas para importações de insumos, controle de preços, indução de fusões de empresas, sucateamento de empresas, divisão do mercado entre empresas, políticas de treinamento e subsídios para P&D promoveu a reestruturação da economia no sentido de superar o padrão fordista de acumulação de capital e estabelecer a chamada acumulação flexível. Na segunda metade dos anos 1980, a Coreia tinha grupos econômicos de porte global atuando em setores dinâmicos da economia mundial, como *Hyundai*, *Daewo*, *Samsung* e *LG*. Esse período também marca a crescente aproximação ao Japão e um afastamento em relação aos EUA, à medida que foram sendo adotadas medidas que dificultavam a penetração de produtos coreanos no mercado norte-americano. Intensificaram-se os acordos *joint ventures* com empresas japonesas e a subcontratação de empresas coreanas. A economia cresceu a média anual de 7,5% no período em pauta (CANUTO, 1994; VISCAÍNO JR., 1999; FAGUNDES, 2003).

A partir de meados da década de 1980, a Coreia iniciou um processo lento e gradual de desregulamentação da economia. Só adotou essa política quando o desenvolvimento dos setores dinâmicos estava bastante avançado. Os bancos estatais, que tinham tido um papel de grande importância no financiamento do desenvolvimento, foram privatizados, passaram para as mãos dos *chaebols*, o que fortaleceu ainda mais esses grandes grupos. Foi adotada uma política seletiva de redução de tarifas, que atingia sobretudo os setores que já apresentavam competitividade internacional. Foram adotadas medidas para coibir o enorme grau de monopolização de alguns setores. Reduziram-se os subsídios e foram adotadas medidas para incentivar o investimento

externo direto. Os neoliberais creditam a essas medidas, que teriam melhorado a eficiência alocativa do mercado, o sucesso econômico do país. Entretanto, o Estado continuou tendo um papel chave no fomento e na condução do desenvolvimento. A desregulamentação foi cuidadosa e só atingiu praticamente os setores mais competitivos da economia. A Coreia não se submeteu a proposta do chamado "Consenso de Washington", que propunha uma abertura mais abrupta da economia nacional como no caso do Brasil e da Argentina, continuou pautando sua política econômica pelo seu interesse nacional. Também foram introduzidas políticas visando a melhoria do bem-estar social, à medida que se acirravam os conflitos sociais e se alterava a correlação de forças a favor dos trabalhadores. Abriu-se um processo de transição para a democracia. Os problemas também se acumulavam. A inflação voltou a crescer e os principais grupos econômicos se encontravam demasiadamente endividados, o que se mostraria, posteriormente, um grave problema. (CANUTO, 1994; FAGUNDES, 2003)³⁰.

Enquanto isso na América Latina a hiperinflação, a crise fiscal do Estado e a crise da dívida externa, expressões do esgotamento estrutural do modelo desenvolvimentista, abriram as portas para a adoção generalizada da estratégia neoliberal. Essa estratégia se mostraria bastante negativa para a região, que continuou apresentando instabilidade econômica, baixo crescimento, altos índices de desemprego e alta vulnerabilidade a volatilidade dos fluxos de capitais

³⁰ O sucesso da Coreia criou as condições que a levaria a enfrentar profunda crise no final dos anos 1990. As dificuldades coreanas estavam intimamente vinculadas à dinâmica da economia mundial cada vez mais instável sob o domínio do capital financeiro e ao aparecimento de um concorrente formidável, a China. Todo o Leste Asiático seria afetado por esses acontecimentos. Fugiria dos limites desse artigo discutir essa questão.

globais.

Considerações finais:

A crise e a reestruturação capitalista impactaram Brasil, Argentina e Coréia em um momento decisivo de seus processos de desenvolvimento e trouxe a tona vulnerabilidades e virtudes das diferentes estratégias adotadas. Enquanto Brasil e Argentina apresentaram enormes dificuldades no novo contexto, a Coréia logrou um salto qualitativo em sua economia, o que garantiu uma inserção dinâmica na economia mundial e melhores condições para enfrentar a reestruturação capitalista em curso.

O relativo sucesso da Coréia em termos de crescimento econômico, capacitação tecnológica, inserção dinâmica na economia mundial, relativa autonomia na definição da política econômica e melhora em alguns indicadores sociais se deve tanto as certas circunstâncias históricas e geopolíticas favoráveis quanto às políticas econômicas adotadas e ao papel do Estado como coordenador e fomentador do desenvolvimento. Esse salto qualitativo foi alcançado ao longo das décadas de 1970 e 1980, antes, portanto, da desregulamentação da economia verificada a partir do início dos anos 1990.

O desenvolvimento coreano decorreu de uma série de determinações, dentre as quais cabe destacar: 1- reforma agrária; 2-a reforma educacional; 3- os pesados investimentos em educação e pesquisa tecnológica; 4- a posição estratégica na Guerra Fria, que garantiu a ajuda e o acesso privilegiado ao mercado norte-americano; 5- os fortes vínculos com a economia japonesa em termos de créditos e fornecimento de tecnologia, particularmente na crucial

década de 1980; 6- a constituição de grandes grupos nacionais de porte global; 7- as políticas de incentivo às exportações; 7- o fato do processo de industrialização ter iniciado quando da reorganização da economia mundial no pós-guerra, 8- a ação do Estado como demiurgo do desenvolvimento e 9- a existência de uma esquema interno consistente de financiamento . A conjunção desses processos parecem explicar o fato da Coréia ter conseguido dar um salto qualitativo em plena fase de reestruturação capitalista, que fechou a “brecha histórica” aberta com a Grande Depressão dos anos 1930, que tinha possibilitado as industrializações via substituição de importações.

O modelo de desenvolvimento via substituição de importações, pelo menos na forma como foi implantado na América Latina, entrou em crise com a reestruturação do capitalismo que se seguiu à crise de superprodução dos anos de 1970, embora muitos países enfrentassem sérios problemas para avançar no processo de industrialização desde a década de 1950. A Argentina precocemente abraçou a estratégia neoliberal a partir do golpe militar de 1976, pondo fim a uma fase na qual parecia que o processo de industrialização caminhava para consolidar uma economia mais madura. Buscou reinserir-se como exportadora de produtos primários na economia mundial, aproveitando suas vantagens comparativas.

O Brasil, que nos anos 1970 parecia caminhar rumo a um salto qualitativo em sua economia, apesar da miséria e da enorme desigualdade social, também naufragou ante os desdobramentos da crise de 1974 e a reestruturação capitalista. A fragilidade do Estado, a incapacidade de articular um consistente esquema interno de financiamento

da acumulação de capital, a grande penetração de empresas estrangeiras que dominaram os setores mais dinâmicos da economia, a carência de investimentos e políticas abrangentes nas áreas de educação e pesquisa científica, a crise da dívida externa, a crise monetária, a crise fiscal, o crescimento dos interesses financeiros internos e externos junto à classe dominante e o fato de não ocupar uma posição geopolítica central para os EUA foram fatores que contribuíram para bloquear o salto qualitativo da economia brasileira e para a crise do modelo desenvolvimentista. Esse conjunto de fatores contribuiu para criar as condições para a vitória da estratégia neoliberal nos anos 1990.

O desenvolvimento não depende apenas das oportunidades abertas na economia mundial. Ele também depende da correlação de forças e da existência de uma classe ou de uma aliança de classe capaz de forjar e sustentar projetos que consigam aproveitar as “brechas históricas” abertas pela economia mundial. Vários países do Leste Asiático têm conseguido saltos qualitativos em suas economias e isso indica que as possibilidades de desenvolvimento não estão fechadas na atual fase de mundialização do capital. Se conseguirem consolidar esse processo, é uma questão que ainda está aberta. O Brasil e a Argentina já acalentaram, em um passado recente, as esperanças de alcançar o desenvolvimento econômico e social autônomo, mas aparentemente não tiveram êxito nesse objetivo.

Referências Bibliográficas

AMSDEN, A - "A difusão do desenvolvimento. O modelo de industrialização tardia e a grande Ásia Oriental". In: Revista de Economia Política. São Paulo: v.12, n.1, 1992.

_____ – La revolución industrial asiática. In: SILBERT, J. (org.) (1997) *La República de Corea hoy*. Córdoba: Comunicarte, 1997.

_____ – *A ascensão do resto. Os desafios ao ocidente de economias de industrialização tardia*. São Paulo: UNESP, 2009.

ARRIGHI, G. - *A ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ATVATER, E. – *O preço da riqueza*. São Paulo: EDUESNESP, 1995.

BASUALDO, E. M. - "La restructuración de la economía argentina durante la últimas décadas: de la sustitución de importaciones a la valorización financeira". In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. (orgs.) – *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires CLACSO, 2006.

_____ - *Estudios de historia económica argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. (orgs.) – *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires CLACSO, 2006.

BELINI, Claudio e Korol, Juan C. – *Historia económica de la Argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Siglo Vinteuno, 2012.

BELLUZZO, L. G. M. - "O dólar e os desequilíbrios globais". In: Revista de Economia Política. São Paulo: V.25, n. 3, jul-set, 2005.

BRENNER, R. - *O Boom e a Bolha. Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CAMARGO, J. M. - "Do 'milagre econômico' à 'marcha forçada' (1968-1980). In: PIRES, M. C. (org.) – *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2010.

CANO, W. - *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CANUTO, O. – *Brasil e Coréia do Sul. Os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.

CARNEIRO, R. - *Desenvolvimento em Crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, 2002.

CASTRO, A. B. e SOUZA, F. E. – *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHESNAIS, F. – *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CINTRA, M. A. M. - "A exuberante liquidez global". In: *Economia Política Global: análise estratégica*. Campinas: IE-UNICAMP, n.5, abr./jun, 2005. Disponível em <www.eco.unicamp.br>

CHANG, Ha Joon – *Chutando a escada*. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva. São Paulo: UNESP, 2004.

CORSI, F. L. – *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____. História e desenvolvimento. Marília: FFC-UNESP. Relatório de pesquisa, 2004.

CUNHA, A. M. "Estratégias periféricas sessenta anos depois do acordo de Bretton Woods". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 26, nº 4, outubro-dezembro, 2006.

COUTINHO, L. - Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J. L. (org.) - *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

DAVIDOFF, Paulo – *Dívida externa e política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

EVANS, P. – *Autonomia e parceria – Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FAGUNDES, A. L. C. – *Os caminhos do Estado*. São Paulo: FFLCH-USP. Dissertação de mestrado, 2003.

FERRER, A. - *A economia argentina*. De suas origens ao século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

FIORI, J. L. - *Em busca do dissenso perdido*. Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. – *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GERCHUNOFF, P. e LLACH, L. – *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires Ariel, 2005.

_____. Causas y azares en más de un siglo de historia económica argentina. In: RUSSEL, R. (org.) – *Argentina, 1910-2010*. Balance de siglo. Buenos Aires: Aguilar, 2010.

GOLDENSTEIN, L. – *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HAN, S. J. – Desarrollo económico y democracia. Corea un nuevo modelo? In: SILBERT, J. (org.) *La República de Corea hoy*. Córdoba: Comunicarte, 1997.

HARVEY, D., – *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____ – *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2010.

HOBBSBAWM, E. - *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

LAGOS, Martín e LLACH, Juan J. - *Claves del retraso e del progreso de la Argentina*. Buenos Aires: Temas, 2011.

LESSA, C. F. – *A estratégia de desenvolvimento – 1974-1976. Sonho e fracasso*. Campinas: UNICAMP, 1998.

MADDISON, A. – *Dos crisis: América y Asia (1929-1938 y 1973-1983)*. México: Fondo de Cultura, 1988.

MASIERO, G. – *Negócios com Japão, Coréia do Sul e China*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEDEIROS, C. A “Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina”. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.) – *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____ - “A economia política da internacionalização sob a liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China”. In: FIORI, J. L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____ – “A china como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática”. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 2, nº 3, julho-setembro de 2006.

_____ – “Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”. In: FIORI, J. K. ; MEDEIROS, C. H. e SERRANO, F. - *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____ “O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios”. In: *Observatório da economia global, 2010*. Disponível em: <www.eco.unicamp.com.br>.

PALMA, G. - "Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste asiático e da América Latina". In: FIORI, J. L. (org.) *O Poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

RAPORT, Mario – *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2003*. Buenos Aires, Ariel, 2000.

RODRIG, D. - "Estratégias para o desenvolvimento para o novo século". In: ARBIX, G. e outros (orgs.)- *Brasil, México, África do sul, Índia e China. O diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: EDUNESP/EDUSP, 2002.

SILBERT, J. (org.) *La República de Corea hoy*. Córdoba: Comunicarte, 1997.

SILVER, B. – *Forças do trabalho: movimento de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINGER, P. I. - *O dia da lagarta*. Conflito distributivo no Brasil do Real. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, L. E. S. – *Arquitetura de uma crise: história e política econômica na Argentina, 1989-2002*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

TAVARES, M. C. – *Acumulação de Capital e industrialização no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1986.

_____ e ASSIS, J. C. – *O grande salto para o Caos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TILLY, C. – *Big structures. Large processes, huge comparisons*. New York: RSF, 1984.

VELASCO e CRUZ, S. C. – *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: EDUNESP, 2007.

VISCAÍNO JÚNIOR, M. – *Aspectos do desenvolvimento econômico do Brasil e da Coreia do Sul numa perspectiva histórica*. São Paulo, FFLCH-USP. Dissertação de mestrado, 1999.

YANG, K. B. – *La experiencia coreana: expansión comercial y crecimiento*. In: SILBERT, J. (org.) (1997) *La República de Corea hoy*. Córdoba: Comunicarte, 1997.